

# Moção

Uma recente proposta apresentada pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa traduziu-se num programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos.

Esta proposta de lei prevê uma verba superior a oitenta e três milhões de euros a distribuir pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e às Comunidades Intermunicipais.

Esta medida que visa promover e incentivar a utilização de transportes públicos, visa igualmente o nível da redução das emissões poluentes em 24% que Portugal tem obrigatoriamente que reduzir até ao ano de 2030.

Esta medida beneficiará por razões óbvias o concelho de Lisboa, bem como cerca de 3 milhões de habitantes da Área Metropolitana de Lisboa.

Torres Vedras é o maior município do Oeste dos distritos de Lisboa e Leiria.

Quer se queira quer não, a competitividade entre municípios é real, e não podemos ficar de fora de tão importante medida.

A proposta recentemente aprovada, de forma unânime, em sessão de Câmara, proposta na qual nos revemos inteiramente, terá que ter consequências e desenvolvimentos imediatos sob pena de Torres Vedras correr o risco de perder influência e importância em todo o Oeste.

Passes mais baratos, melhores condições de transporte, mais rendimento disponível nas famílias provocarão níveis de atractividade diferentes entre municípios e os danos serão irreparáveis.

Se a isto somarmos que a linha ferroviária do Oeste, mesmo com as obras já anunciadas, só terá novas composições ferroviárias em 2023 (conforme assumido pelo Presidente da CP), tememos que também este transporte não será viável nem concorrencial tão depressa.

Assim, e no espírito da superior defesa de Torres Vedras e do seu concelho, e de todos os cidadãos que necessitam de se deslocar para Lisboa diariamente, vêm os signatários desta moção requerer o seguinte:

- a) Que a Câmara Municipal apele ao Governo e a todos os grupos parlamentares para que seja disponibilizado para o Concelho de Torres Vedras, os mesmos mecanismos já ao dispor dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.
- b) Que se crie um grupo de trabalho de cidadãos torreenses, a constituir entre membros do Executivo, da Assembleia Municipal, e utentes para apresentar junto do Governo as nossas reivindicações.
- c) Que a Câmara Municipal, prevendo toda a importância que este assunto reflecte para o Concelho de Torres Vedras, possa incluir uma verba destinada ao efeito, tal como aliás outros Municípios já o fizeram.

- d) Que sejamos solidários com todos os Municípios do País, assumindo as diferenças das verbas disponibilizadas para as Áreas Metropolitanas e para as Comunidades Intermunicipais, exigindo medidas equitativas para todo o território Nacional.
- e) Que esta solidariedade que se pretende entre Municípios, seja transmitida a sua Exma. O Secretário de Estado das Autarquias Locais, que certamente saberá de forma exímia transmitir estas diferenças de tratamento a todo o Governo.

Torres Vedras, 26 de Novembro de 2018

Pedro Castelo

João Pedro Gomes